

Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia e Diogo do Couto: vivências e contingências na modelação da escrita de uma História da Ásia e dos seus actores

ANA PAULA MENINO AVELAR *

Tanto Fernão Lopes de Castanheda, como Gaspar Correia e Diogo do Couto escreveram as suas crónicas sobre a presença e permanência portuguesa no espaço asiático no século XVI. Ao analisar as vivências e as contingências biográficas que determinaram uma modalidade de escrita específica, a de uma História da Ásia, sistematizo brevemente como se descreveram os seus actores. Estes três cronistas da expansão portuguesa participaram da nossa “república das letras”, ainda que a frequentemente em espaços físicos e temporais diferenciados, construindo as suas próprias redes culturais. Contudo, por vezes, os seus percursos vivenciais cruzaram-se.

Atente-se então, nesses, por vezes, breves encontros, biografando-os. Fernão Lopes de Castanheda¹ é quem a 6 de Março de 1551 vê sair pela

R. M. Loureiro & M. A. Lima Cruz (ed.), *Diogo do Couto História e Intervenção de um Escritor Polémico* (Famalicão: Húmus, 2019), pp. 43-54 (ISBN 978-989-755-403-2).

* Professora Associada Agregada, Universidade Aberta; Investigadora Integrada, CHAM, FCSH – Universidade Nova de Lisboa.

¹ Sobre a biografia de Fernão Lopes de Castanheda cf. Ana Paula Menino Avelar, *Fernão Lopes de Castanheda- Historiador dos Portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 17-66. Para uma abordagem

imprensa da universidade de Coimbra o primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos portugueses*. Ele vivenciou o espaço asiático, para onde partira com seu pai,² com cerca de 16 anos. Fernão Lopes de Castanheda permaneceu no Oriente durante cerca de 10 anos, acompanhando todo governo de Nuno da Cunha. A partir de 1539 fixa-se em Coimbra, intervindo na vida da universidade. Aí ocupa vários ofícios ao serviço desta instituição, desde bedel da faculdade das artes até guarda do cartório, do material de impressão e da livraria. É, aliás, exactamente nestes tempos que redige os seus 10 livros da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*.

Já Gaspar Correia³ passa grande parte da sua vida na Índia, ocupando lugares de escrivão junto dos governadores portugueses. Correia nascera em 1492, estando na corte de D. Manuel a partir de 1506. A 12 de Março de 1512 vai para a Índia, na armada de Jorge de Melo Pereira, chegando a Goa a 15 de Agosto. Entre 1512 e 1513 serve como escrivão de Afonso de Albuquerque, testemunhando, em Setembro de 1514, a tentativa de envenenamento deste governador. Em Março de 1515, acompanha Albuquerque na reconquista de Ormuz e no regresso Goa, já na barra da cidade, este cronista assiste à morte do governador a bordo da nau *Frol da Rosa*. Neste mesmo ano desempenha, com Duarte Barbosa, o ofício de escrivão em Calecute. Em 1516 encontram-lo como vedor das obras da cidade de Goa. Já em 1521 está com Pêro Lopes de Sampaio em S. Tomé de Meliapor, acompanhando os trabalhos de reparação da capela erigida no local onde se pensava que teria vivido S. Tomé, aí ficando até 1524. Durante os governos de Lopo Soares de Albergaria, Diogo Lopes Sequeira, D. Duarte de Meneses e do vice-rei Vasco da Gama ocupa o cargo de vedor das obras. Mas em Maio de 1525, sob o governo de D. Henrique de Meneses, torna-se almoxarife do armazém da Ribeira de Cochim, onde permaneceu até Outubro de 1528.

É exactamente nesta altura que o seu caminho se cruza com o jovem Fernão Lopes de Castanheda, pois também este se encontrava ao serviço do novo Governador da Índia, Nuno da Cunha. Sabemos que Gaspar Correia acompanhou em 1529 este governador a Diu, tal acontecendo

mais concisa em termos biográficos Cf. Ana Paula Avelar, "Castanheda, Fernão Lopes de" in Francisco Contente Domingues, *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*, Lisboa, Círculo Leitores, 2016, I, pp. 261-262.

2 Lopo Fernandes de Castanheda ocuparia o lugar de vedor da cidade de Goa entre 1528 e 1529.

3 Cf. Ana Paula Avelar, "Correia, Gaspar" in Francisco Contente Domingues, *op. cit.*, pp. 307-308. Nesta entrada sistematizo os dados biográficos essenciais.

igualmente com Fernão Lopes de Castanheda. Contudo em nenhum dos textos redigidos por estes cronistas sobre o ataque a esta praça, encontramos os seus nomes. Cada um referencia o facto de ter testemunhado o ataque perpetrado por Nuno da Cunha. A 20 de Janeiro de 1533 Gaspar Correia teria estado ao lado deste governador na conquista Baçaim.

Entre 1532 e 1534 este cronista redigiria as *Chronicas dos Reys de Portugal e summarios das suas vidas com a historia da India e Armadas que se mandaram athe o anno de 1533*, dedicando os anos seguintes à escrita das *Lendas da Índia*, onde narraria a presença portuguesa no espaço asiático desde 1497 até 1550. Nos anos de 1535 e 1536, encontramos-o em Diu quando Nuno da Cunha obteve licença de Bahadur Shah para aí erigir uma fortaleza portuguesa. Se Fernão Lopes de Castanheda regressou ao reino no momento em que o seu governador, Nuno da Cunha, é afastado, Gaspar Correia permaneceu no Oriente.

O cronista das *Lendas da Índia* percorreria as praças portuguesas no golfo Pérsico, nas costas do Malabar, Cambaia e Coromandel, e ainda Negapatão e S. Tomé de Meliapor, visitando o templo hindu de Tirumala-Tirupati durante a festa dedicada à lua cheia de Agosto. Esta visita aconteceu antes de 1543, i.e., antes da tentativa de saque do governador Martim Afonso de Sousa. Três anos depois, em 1546 Correia acompanha os acontecimentos do 2º cerco de Diu e no ano seguinte o vice-rei D. João de Castro pede-lhe que oriente um pintor local na elaboração dos retratos dos vários governadores da Índia, desde D. Francisco de Almeida. Desconhece-se a data da morte de Gaspar Correia, a qual deverá ter ocorrido em Goa entre 1563 e 1583, ano em que regressou ao reino Miguel da Gama, neto de Vasco da Gama, com o manuscrito das *Lendas da Índia*. Sabe-se, contudo, que em 1583 este nosso cronista já teria falecido.

Possivelmente Gaspar Correia ter-se-ia cruzado com Diogo do Couto, no momento em que este permaneceu no Oriente por cerca de 10 anos. Recorde-se que Couto⁴ nascera na freguesia de Santa Justa (Lisboa) em 1542, filho de Gaspar do Couto, que serviu o infante D. Luís, e de Isabel Serrão de Calvados. Seria, aliás, o infante D. Luís, que o tomaria sob sua protecção, ingressando o jovem Couto, aos dez anos de idade, no Colégio

⁴ Cf. Ana Paula Avelar, "Couto, Diogo" in Francisco Contente Domingues, *op. cit.*, pp. 318-321. Nesta entrada sistematizo os dados biográficos essenciais e sinalizo uma bibliografia sucinta sobre este cronista que tem sido profusamente trabalhada por Maria Augusta Lima Cruz, cujo trabalho é essencial para quem se debruça sobre este autor.

de S. Antão, onde estudaria gramática e retórica. Couto aprofundaria os seus estudos filosóficos no mosteiro de Benfica, tendo por companheiros Luís de Camões e o filho do infante, D. António, futuro prior do Crato.

A morte do seu protector, o infante D. Luís (1555), e de seu pai, um pouco mais tarde, obrigam-no a abandonar os estudos, embarcando para a Índia por volta de 1559. Neste espaço asiático permaneceria cerca de 10 anos. 1559 é igualmente o ano em que, a 23 de Março, morreria em Coimbra Fernão Lopes de Castanheda, no entanto Gaspar Correia ainda permanecia em terras orientais, pois a sua morte ocorreria, como já assinalai, entre 1563-1583. Por seu turno, em 1569, Diogo de Couto regressaria ao reino, na armada de D. Antão de Noronha. Assim é possível que Couto se tivesse cruzado com Gaspar Correia na Índia, por onde ambos deambulariam nos espaços sobre o domínio da coroa portuguesa, perseguindo os desígnios de escrever sobre a presença portuguesa no oriente.

Diogo de Couto, na viagem de regresso ao reino e já na ilha de Moçambique, o cronista encontrar-se-ia com o seu antigo companheiro Luís de Camões que lhe pede para rever *Os Lusíadas*, obra que Couto comentará até ao canto V. Importa ter em atenção que Camões se servira no seu poema épico tanto do primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão de Castanheda, impresso pela primeira vez em 1551, tendo o autor acompanhado a sua reimpressão em 1554, como da primeira Década da *Ásia...* de João de Barros.

Por outro lado, também Diogo do Couto é autor de *Poezias varias*, elegias, élogos, sonetos, canções e glosas, que permaneceram manuscritas, o que o colocava como um interlocutor privilegiado para a revisão da épica camoniana.⁵ Registe-se igualmente que, o seu *Commento ás Lusíadas de Luiz de Camões* foi enviado a D. Fernando de Castro Pereira e que possivelmente seria nestas últimas décadas de Quinhentos que Diogo do Couto escreveria o *Soldado Prático*, do qual se conhecem duas versões,⁶ sendo a segunda datada de 1610.

⁵ Cf. António Coimbra Martins, *Em torno de Diogo do Couto*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1985, pp. 9-25.

⁶ Cf. A introdução da autoria de António Coimbra Martins à edição que sai pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Diogo do Couto, *O Primeiro Soldado Prático*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

Mas regressemos à viagem de regresso ao reino de Diogo do Couto em 1569 e a Luís de Camões, os quais embarcam em Moçambique na nau *Santa Clara*, chegando a Cascais em Abril de 1570, vivendo Lisboa sob o flagelo da peste. No ano seguinte, a 17 de Março, Couto regressaria à Índia com o novo vice-rei D. António de Noronha, chegando à barra de Goa a 6 de Setembro do mesmo ano. Aí encarregar-se-ia do aprisionamento dos mantimentos para as naus, e desposaria a filha de Manuel Fernandes e de Mariana de Melo, a, nas suas palavras, “formosa” Luísa de Melo, cujo irmão, frei Adeodato da Trindade, preparou a impressão de algumas das suas obras. Um último vector biográfico deve ainda ser aduzido, o qual se prende com esta inscrição coutiana, nas vivências e contingências, de uma modelação da escrita de uma História da Ásia e dos seus actores.

Atente-se deste modo no facto de, em 1589, Diogo do Couto ter escrito a Filipe I de Portugal, informando-o que estava a concluir uma crónica geral da Índia, onde enalteceria a acção do monarca. Esta obra continuaria a iniciada por João de Barros. Na mesma carta Couto enfatiza a necessidade de se constituir um arquivo em Goa. Contudo, este seu pedido não teria eco junto do monarca, o que levaria Couto a renová-lo em 1593, enquanto redigia a sua obra sobre as coisas da Índia. A 25 de Fevereiro de 1595, o monarca ordenaria a constituição do tomo de Goa, ficando Diogo do Couto com a guarda do mesmo. A par deste ofício o cronista continuou a escrever a sua crónica sobre a Ásia. Entre 1595 e 1596 elaborou a Década IV, a qual se debruçaria sobre o governo da Índia de 1526 a 1536, sendo impressa em Lisboa em 1602. As naus da Índia de 17 de Janeiro de 1598 trariam os manuscritos das Décadas IV e V. Entre 1596 e 1597 Couto teria escrito esta última, a qual trataria do período de 1537 a 1545, e sairia impressa a 1612. Já a Década VI (sobre 1545 a 1554) seria iniciada ainda no ano de 1597. Recorde-se que estas três décadas coutianas fecham o ciclo de descrição dos 50 anos de permanência na Índia da coroa Portuguesa, tendo em atenção as três décadas de Barros, que sequenciam.

Mas regressemos aos traços biográficos de Diogo do Couto. A morte de Filipe I de Portugal a 13 de Setembro de 1598 levá-lo-ia a suspender o seu ritmo de trabalho em torno desta *História* mais geral sobre uma presença portuguesa por terras e mares asiáticos. Aliás, importa reter que a Década VI, que sai em Lisboa em 1614, já então estaria concluída. Couto, abraçou neste final de 1598 um outro projecto, iniciando então o *Tratado de todas as cousas sucedidas ao valoroso capitão D. Vasco da Gama...* que terminaria a 16 de Novembro de 1599. A sua proximidade ao governador D. Francisco da Gama, bisneto de Vasco da Gama, possibili-

tar-lhe-ia a concretização deste projecto. Couto proferiu a oração da tomada de posse deste governador a 25 de Dezembro de 1597. Foi igualmente neste momento que se mostrou pela primeira vez o retrato de D. Vasco da Gama. A armada de 1600 traz para Lisboa a Década X, dedicada aos anos de 1581 a 1588. Esta acolheria a crónica geral para a qual pedira a protecção de Filipe I de Portugal em 1589.

Entretanto recuemos um pouco, e atentemos no facto de, como Couto, também Gaspar Correia ser próximo dos Gamas. Como, anteriormente recordei, seria em 1583, que à guarda de Miguel da Gama, neto de Vasco da Gama, chegaria ao reino de Portugal o manuscrito das *Lendas da Índia* de Gaspar Correia. Apesar do talvez fastidioso, mas necessário, rol de dados biográficos evidenciei como, tanto Fernão Lopes de Castanheda como Gaspar Correia e Diogo do Couto participaram da nossa “república das letras”, ainda que a tenham frequentado em espaços físicos e temporais diferenciados, cruzando-se os seus percursos de vida.

Mas não são só as *reconstruídas* contingências espaciais, que os aproximam. Tanto a *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda, como as *Lendas da Índia* de Gaspar Correia, ou ainda as *Décadas da Ásia* de Diogo do Couto subscrevem uma modalidade de escrita específica da cronística da Expansão, partilhada esta mesma modalidade discursiva por João de Barros, e as suas *Décadas da Ásia*. Atente-se, aliás, no dado já anteriormente referido de Diogo do Couto prosseguir o labor historiográfico de João de Barros. Este último, participa do trinómio dos que na 1^a metade de Quinhentos escreveram a História da presença portuguesa nos espaços asiáticos, porém o conhecimento directo da Ásia, só foi vivenciado por Castanheda, Correia e Couto.

Todavia, importa ter em atenção que estes quatro autores partem da definição clássica de Aristóteles na *Poética* de distinção entre História e Poesia/Literatura, onde não é o “...ofício de poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verosimilhança e a necessidade”.⁷

À História cabe então o ofício de narrar o que aconteceu, sendo a ficcionalidade um meio de distinguir as diferentes narrativas, encontrando possíveis categorizações. Nos séculos XV e XVI, e no caso português, a escrita da História para além de, repito, visar escrever o que aconteceu

⁷ Aristóteles, *Poética*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 115.

expressa um domínio, e o seu registo surge a par da exposição de um império. Na imagem de império plasma-se uma *Idade do Ouro* que se foi transformando num discurso histórico/memorativo e onde se evidenciam, através de estratégias diferenciadas, a acção da coroa e dos seus agentes. Frequentemente se expõem clientelas familiares e se traçam perfis heróicos, onde ecoa o que em 1637, Baltazar Gracián y Morales sistematizaria como sendo o perfil do herói: “Chame-se émulo comum de todos os heróis a quem é centro de todas as proezas, e equivoque-se o aplauso em brasões com eminente pluralidade: o afortunado, pela sua felicidade; o animoso, pelo seu valor; o discreto, pelo seu engenho; o catolicíssimo, pelo seu céu; o destemido, pela sua airocidade; e o universal, por tudo”.⁸

Tanto Fernão Lopes de Castanheda, como Gaspar Correia, João de Barros ou Diogo do Couto elaborariam os seus panegíricos. Fazem-no quando narram o fim de cada governo, salientando fundamentalmente as virtudes e os principais traços da actuação dos governadores e vice-reis do estado da Índia. Estes cronistas da Expansão modelam os seus diferentes panegíricos ou até se servem desta estratégia discursiva para ilidir, sublinhar ou até hierarquizar a heroicidade dos vários actores maiores da construção de um império. Contudo todos eles introduzem a sua marca autoral. Exercitam a sua afirmação identitária, vector construtor do nosso renascimento. Tanto Fernão Lopes de Castanheda, como João de Barros, Gaspar Correia ou o próprio Diogo do Couto historicam a presença da coroa portuguesa nos novos espaços asiáticos, descrevendo a exploração e domínio dos novos oceanos e outras terras, na busca de uma identidade construída a partir do defrontar os Outros e visando a lição da História.

Servem-se dos seus antecessores, construindo a sua “biblioteca imaginária”. Esta entendida na esteira de André Malraux como *imagens de coisas, diferentes das próprias coisas, e retirando-se desta diferença específica a sua razão de ser*, consubstanciando-se num *confronto de metamorfoses*.⁹ Na prática deste conceito deveremos usar as ferramentas interrogativas de uma arqueologia do saber, entendida por Foucault como: “(...)une recherche de l’origine, des *a priori* formels, des actes fondateurs, bref comme une sorte de phénoménologie historique». ¹⁰

⁸ Baltazar Gracián Y Morales, *O Herói*, Lisboa, Frenesi, 2003, p. 77.

⁹ Cf. André Malraux, *Museu Imaginário*, Lisboa, Edições 70, 2000, p. 12

¹⁰ Michel Foucault, *L’archéologie du savoir*, Paris, Editions Gallimard, 1969, p. 265.

Rui Loureiro usou a terminologia de Biblioteca virtual¹¹ para o apurar da composição da: “Biblioteca virtual de Diogo do Couto, ou seja saber que títulos fariam parte do seu universo cultural, através da posse efectiva, do empréstimo fortuito, da simples consulta ou do conhecimento em segunda mão”.¹²

Esta funcionará na perspectiva de Paul Braffort tanto como um depósito ou utensílio do conhecimento, corporizando uma etapa geradora de novos livros e conhecimentos. Por seu turno, os efeitos cognitivos inerentes à acumulação de livros, aquela que é a sua materialidade, proporciona a criação de laços que se entretecem no eu e na sua relação com o mundo.¹³ Mas considero que o conceito de “biblioteca interior”, de Pierre Bayard deve ser usado ao tomar os perfis autorais de Fernão Lopes de Castanheda ou de Gaspar Correia, pois movemo-nos no espaço subjectivo da biblioteca colectiva, a qual representa como assinala este ensaísta, o conjunto de livros relativamente aos quais a personalidade autoral se constrói e organiza seja no que concerne o discurso narrativo seja na relação que se estabelece com os outros. Desta biblioteca colectiva participa o livro interior, como conjunto de representações míticas, colectivas ou individuais, que vão interpelando o autor e a escrita. Este livro imaginário funciona como filtro e determina a recepção de outras / novas obras.¹⁴ Usando estes conceitos acolho a função palimpséstica que os nossos cronistas da expansão exercitam, manipulação, interiorização e reconstrução de um discurso, outro, como se seu fosse, ultrapassando assim a exposição de uma biblioteca virtual, como depósito e utensílio de conhecimento. Isto é, esta biblioteca virtual está presente como etapa na gestação de novos livros, de novos conhecimentos. A “biblioteca interior” formula-se no uso palimpséstico do texto. Se tal exercício é maioritariamente silencioso nos casos de Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia ou João de Barros, já em Diogo do Couto¹⁵ ela é declaradamente exposta. Ao redigir a Década IV e parte da Década V, no que concerne fundamentalmente o tempo de permanência de Nuno da Cunha no governo da Índia, Diogo do Couto escolhe deliberadamente Fernão Lopes de Castanheda como uma das suas fontes nucleares, apurando e

¹¹ Rui Loureiro, *A biblioteca de Diogo do Couto*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1998, p. 14.

¹² *Ibidem*.

¹³ Cf. A propósito deste autor <http://www.paulbraffort.net/>

¹⁴ Cf. Pierre Bayard, *How to talk about books you haven't read*, New York, Bloomsbury, 2007, pp. 82-83.

¹⁵ Recorde-se como Diogo do Couto se inscreve em João de Barros e contrapõe o seu discurso ao deste e ao de Fernão Lopes de Castanheda.

precisando o discurso. Importa aqui sinalizar que, para além de Castanheda, Couto referencia igualmente Gian Pietro Maffei, o qual narrou a acção governativa do próprio Nuno da Cunha, na sua *Historiarum Indicarum Libri XVI* que lhe fora encomendada pelo Cardeal D. Henrique. Conhecemos actualmente passagens do livro IX de Castanheda devido às cópias que dele fizeram os secretários de Maffei. Este serviu-se profusamente da obra do cronista português.¹⁶ Mas se Diogo do Couto escolheu Fernão Lopes de Castanheda também João Baptista Lavanha o fez ao escrever Década IV da Ásia, prosseguindo o projecto incompleto de João de Barros e cotejando o seu discurso com o coutiano.

Mas as razões destas escolhas prendem-se com o facto de Fernão Lopes de Castanheda ter acompanhado o governo de Nuno da Cunha, desde 1528/29 permanecendo no espaço asiático, mesmo depois de seu pai, ter regressado a Portugal, por volta de 1532. Estar com o governador, quando este recebeu de D. João III a encomenda de que se deveria escrever o que passava por terras orientais,¹⁷ coligindo os dados sobre esta História, fazem dele uma das fontes incontornáveis para este governo. Recorde-se que nestes 10 anos (1528-1538) também Gaspar Correia recolhia informações para a sua escrita da expansão. Este irá manusear e confrontar alguns dos livros da *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos portugueses* com o que redigia nas suas *Lendas...* até porque a obra de Castanheda, já depois de impressa em Coimbra, teria chegado ao *Estado da Índia*, como aconteceria com as duas primeiras décadas da *Ásia...* de João de Barros.¹⁸

É exactamente Diogo do Couto que noticia o facto de Fernão Lopes de Castanheda regressar a Portugal na mesma altura em que Nuno da Cunha o fizera, transportando consigo escritos que lhe permitiriam redigir a História da presença portuguesa nos espaços asiáticos desde a 1ª viagem de Vasco da Gama até ao vice-reinado de D. João de Castro, ainda que não conheçamos os últimos livros (IX e X) desta *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*.

Atente-se exactamente no facto de todos estes cronistas da expansão se servirem de uma matriz clássica titoliviana, legitimando o discurso his-

¹⁶ Cf. Ana Paula Menino Avelar, *Fernão Lopes de Castanheda, op. cit.*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997, pp. 107-109

¹⁷ Cf. João de Barros, *Ásia... Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos Mares e terras do Oriente- Primeira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda 1988, p. 4.

¹⁸ Cf. Rui Manuel Loureiro, *A biblioteca de Diogo do Couto, op. cit.*, pp. 40-41.

toriográfico nos *antigos*. O número 10, evocador do *Todo, do Universal*, ditaria a escrita da História. Mas também os modernos serviriam o discurso: seria necessário o conhecimento dos espaços, e o alicerçar no testemunho e na vivência autoral a escrita da História. O signo de Zuzara, atravessaria esta nossa escrita da Expansão. Não era já o percurso de vida de um monarca que determinaria o registo historiográfico, mas sim a permanência num espaço. Só alguns exemplos: tanto Fernão Lopes de Castanheda, como Gaspar Correia ou ainda João de Barros procuram narrar os primeiros 50 anos da presença portuguesa no Oriente. Mas explicita-se: Castanheda fechou o ciclo da sua História com o vice-reinado de D. João de Castro, o qual morre em 1548; Gaspar Correia concluiu as suas *Lendas da Índia* com a chegada àquelas paragens do vice-rei D. Afonso de Noronha, no ano de 1550; João de Barros escreveu as suas três Décadas da Índia deixando os esboços para a sua Década IV que seriam retomados por João Baptista Lavanha.

Contudo, João de Barros enunciou logo no capítulo I da sua *Primeira Década*, a arquitectura da sua obra. Esta sua *milícia oriental* terminaria em 1539 com a morte do governador de Nuno da Cunha. Baptista Lavanha cumpre este desígnio, a Década IV prosseguiu o registo da *Terceira Década* de Barros, e descreveu os governos de Lopo Vaz de Sampaio e de Nuno da Cunha, fechando-se o discurso historiográfico com a notícia em torno da morte do governador. Já Diogo Couto distendeu a narrativa sobre a actuação de Nuno da Cunha pelas suas Décadas IV e V, prosseguindo a sua escrita da História. Ele organizaria o seu registo historiográfico em Décadas, cada uma composta por 10 livros.

Mas regressemos a João de Barros. O seu discurso historiográfico sobre a Ásia teria 4 partes, composta por 40 livros que comporiam 4 Décadas. Cada Década seguia o curso dos anos e comportaria 10 livros. Fernão Lopes de Castanheda escreveria 10 livros, ainda que só 7 tenham sido impressos em vida do autor, o oitavo saiu pela mão de seus filhos após a sua morte. A sua arquitectura narrativa revela a importância atribuída pelo cronista aos perfis e governos da Índia, compulsando a informação que sobre estes fornece ou destacando-a.¹⁹ Consequentemente, Fernão

¹⁹ O primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* debruça-se sobre o curso da Expansão Portuguesa dos anos de 1497 a 1505. No segundo livro, o cronista trata do governo do 1º vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida (1505-1509). No terceiro livro, delineia o governo de Afonso de Albuquerque (1509-1515) e no quarto livro narra o governo de Lopo Soares (1515-1518). No quinto livro noticia o governo de Diogo Lopes de Sequeira (1518-1521), e, no sexto livro, trata dos governos de D. Duarte de Meneses (1521-1524), D. Vasco da Gama

Lopes de Castanheda atribuiu um livro aos governadores que, segundo ele, marcariam um tempo, seja pelo progresso conseguido na consolidação da presença portuguesa no espaço oriental, seja pelos problemas surgidos no governo da Índia. Tal acontece com o relato dos governos de D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, Diogo Lopes Sequeira, Lopo Vaz de Sampaio e Nuno da Cunha, e como defendo pela inferida organização do discurso historiográfico, a D. João de Castro, cujo livro se perdeu.

São 4 os livros que compõem as *Lendas da Índia* de Gaspar Correia. Cada livro é organizado pela descrição do governo de cada governador da Índia, sendo este segmento narrativo, por sua vez subdividido, pela narrativa do que aconteceu durante o tempo de cada armada. Se o devir histórico marca o o discurso historiográfico é o domínio dos mares, ou melhor, as armadas, enquanto o instrumento que permite a construção da Lenda, entendida pelo cronista como narrativa escrita digna de se ler, e não como algo de enfabulatório, o signo identificador de uma presença, a do império marítimo português.

Últimas notas, relativas à modelação da escrita de uma História da Ásia: subjacente ao discurso historiográfico persegue-se a cronografia, porém são as digressões autorais, as vivências e contingências individuais que conduzem a narrativa, explicitando o espaço descritivo, o qual abarca não só o contexto histórico-cultural das micro-narrativas mas também o espaço físico e humano, deliando-se e apurando-se os actores da H(h)istória. Recorrem-se a analepses e prolepses sem que os cronistas (Castanheda, Correia, Barros, Lavanha, Couto) abandonem a sequência cronológica que é a matriz discursiva essencial. O encadeamento lógico da narrativa movimenta-se num contexto preciso, focalizado na actuação dos agentes da coroa, na precisão dos factos enquadrados por uma envolveria geográfica onde a “natureza” participa.

Enfim, a memória de uma História, que também ela incorpora, logo no século XVI, as “bibliotecas interiores e imaginárias” dos que escrevem sobre a presença portuguesa no espaço asiático foi assim brevemente vislumbrada, sinalizando-se alguns dos prováveis diálogos, por vezes silenciados, deste nosso tecido cultural. Escutámos os murmúrios dos cultores da língua portuguesa e da sua excelência, desocultando-se as

(1524) e D. Henrique de Meneses (1524-1526). No sétimo livro, Fernão Lopes de Castanheda aborda o governo de Lopo Vaz de Sampaio (1526-1528), e, no último livro, trata o governo daquele que foi sem dúvida o seu protector, Nuno da Cunha (1528-1538).

modelações daquela que foi a escrita de uma História sobre a Ásia no Portugal de Quinhentos. Dos seus narradores e actores flui aqueles que são, segundo Claude-Gilbert Dubois os modos de comunicação privilegiados do nosso século XVI: *speculum, liber, theatrum*, isto é, (um) espelho do mundo, (um) livro da natureza, (um) teatro/representação da vida.²⁰ E isto acontece mesmo quando, seguindo a premissa aristotélica, é *ofício do historiador narrar o que aconteceu*.

²⁰ Claude-Gilbert Dubois, *Le bel aujourd'hui de la Renaissance - Que reste-t-il du XVIe siècle?*, Paris, Seuil, 2001, p. 41.